

FINANÇAS PÚBLICAS

01- De acordo com os princípios básicos de finanças públicas, assinale a única opção falsa em relação ao conceito de bem público.

- a) Um bem público é utilizado ou consumido com exclusividade.
- b) O consumo de um bem público por qualquer indivíduo ou empresa não reduz a quantidade disponível para os outros indivíduos.
- c) É impossível excluir agentes que desejem consumir o bem público.
- d) Bem público é aquele cujo uso ou consumo é não-rival e não-excludente.
- e) O mecanismo de mercado induz os indivíduos a não revelarem suas preferências com relação ao bem público.

02- O Governo lança um imposto específico sobre dada mercadoria, produzida em regime de concorrência perfeita. Afirma-se que, a curto prazo, o ônus do imposto

- a) recairá totalmente sobre o produtor
- b) incidirá inteiramente sobre o consumidor
- c) será dividido entre consumidores e produtores, de acordo com o poder político de cada grupo
- d) será dividido entre consumidores e produtores, segundo a elasticidade-preço da demanda e da oferta da mercadoria
- e) será dividido entre consumidores e produtores, de acordo com o número de consumidores do mercado

03- As pessoas concordam que o sistema tributário deve ser justo. No entanto, não existe acordo definitivo de como estabelecer esta quota. Um dos enfoques adotados é o da capacidade de pagamento. Com relação a este princípio, tem-se que:

- a) cada contribuinte é tributado de acordo com sua demanda por serviços
- b) o critério da capacidade de pagamento está relacionado à alocação dos benefícios dos serviços públicos
- c) a aplicação de um tributo, de acordo com este princípio, é adotada em situações em que os serviços públicos são fornecidos aos indivíduos, através de taxas, contribuições de melhoria e pedágios
- d) um perfil de tributos diferenciados entre pessoas com renda ou bem-estar desigual é referido como equidade horizontal
- e) a renda, consumo ou patrimônio são medidas para avaliar a capacidade de pagamento

04- No contexto do federalismo fiscal, o exame da adequação entre atribuições e recursos dá ênfase à função alocativa. As competências alocativas legais classificam-se em:

- a) exclusivas, concorrentes e descentralizadas
- b) exclusivas, concorrentes e supletivas
- c) exclusivas, descentralizadas e supletivas
- d) concorrentes, descentralizadas e supletivas
- e) concorrentes, descentralizadas e divergentes

05- Identifique, entre as opções abaixo, a definição correta de Orçamento-Programa "Base Zero".

- a) É o orçamento onde são identificadas as metas ou objetivos a serem mensurados.
- b) É o orçamento onde não existem direitos adquiridos sobre as verbas anteriormente outorgadas.
- c) É o orçamento que introduz um instrumento consistente de análise para todos os níveis de governo.
- d) É o orçamento que permite verificar através de programas definidos também os elementos de custo de um programa.
- e) É aquele que apresenta os propósitos, objetivos e metas para as quais a administração pública solicita dotações necessárias.

06- A Constituição de 1988 introduziu profundas alterações no processo de alocação de recursos financeiros da União, que passou a basear-se em três elementos: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Na Lei Orçamentária Anual do Governo Federal estão estimadas as receitas e despesas referentes a qual(is) orçamento(s)? Identifique a opção correta.

- a) orçamento fiscal
- b) orçamentos fiscal e da seguridade social
- c) orçamento fiscal e orçamento de investimentos
- d) orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos
- e) orçamentos fiscal e monetário

- 07- Para o Orçamento Geral da União do exercício de 2000 foram introduzidas diversas modificações na classificação com a finalidade de privilegiar o aspecto gerencial do Orçamento. Identifique o objetivo principal dessas modificações.
- Viabilizar por meio da Função e Subfunção a produção de um bem ou serviço específico.
 - Apresentar um maior nível de desagregação das diversas áreas da despesa pública através da função.
 - Interligar o planejamento (PPA) e o Orçamento (LOA) por intermédio de programas.
 - Envolver um conjunto de operações, não limitadas no tempo, das quais resulte um produto para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.
 - Estabelecer nas leis orçamentárias e nos balanços a identificação por código definido pelos diversos níveis de governo.
- 08- Para a elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro de 2000, a Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou uma série de modificações quanto à classificação programática das despesas. Com base nessa Portaria, identifique a única opção falsa sob a ótica da nova classificação orçamentária.
- Elenco de Funções e Subfunções padronizadas para a União, Estados e Municípios.
 - Elenco de programas padronizados para a União, Estados e Municípios.
 - Elenco de projetos.
 - Elenco de atividades.
 - Elenco de operações especiais.
- 09- O orçamento do governo representa um sumário dos planos de receita e gastos para determinado ano. O processo orçamentário envolve quatro fases distintas. Aponte a opção não adequada ao processo orçamentário.
- Elaboração da proposta orçamentária.
 - Execução orçamentária.
 - Discussão, votação e aprovação da lei orçamentária.
 - Exposição das técnicas da análise custo-benefício.
 - Controle de avaliação da execução orçamentária.
- 10- O planejamento no orçamento-programa envolve várias etapas. Identifique a opção que não é pertinente ao planejamento no orçamento-programa.
- Estabelecimento das prioridades.
 - Identificação das metas.
 - Computação dos custos de programas alternativos.
 - Mensuração dos benefícios de programas alternativos.
 - Escolha da alternativa que maximiza o custo e que se converte em um programa.
- 11- A receita pública é a soma dos recursos percebidos pelo Estado ou por outras pessoas de direito público para atender a coberturas das despesas necessárias ao cumprimento de suas funções. Classicamente, como são classificadas as Receitas Públicas? Identifique a opção errada.
- receitas legais
 - receitas derivadas
 - receitas compulsórias
 - receitas originárias
 - receitas facultativas
- 12- Entre as opções abaixo, apenas uma é falsa. Identifique-a.
- Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
 - Taxa é um tributo cobrado em razão do poder de polícia ou pela sua utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.
 - Contribuição de Melhoria é um tributo vinculado, que tem, como único fato gerador, a valorização do imóvel beneficiado, dependente de uma atividade estatal.
 - Como tributo, a contribuição social se apresenta como uma prestação compulsória, instituída em lei, com base no poder fiscal do Estado, constituindo-se em objeto de obrigação tributária.
 - Empréstimos compulsórios, de competência exclusiva da União, só podendo ser instituídos para atender despesas ordinárias e de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, sempre respeitando o princípio da anualidade.

13- No tocante aos gastos públicos, assinale a opção falsa.

- a) As inversões financeiras têm o mesmo princípio dos gastos de custeio.
- b) As despesas correntes constituem um conjunto de gastos operacionais realizados pelo governo com o objetivo de promover a execução, a manutenção e o funcionamento de suas atividades.
- c) Os investimentos são despesas de capital correspondentes à aquisição ou surgimento de novos bens ou acréscimos de valores aos bens já existentes.
- d) As reservas de contingência são formadas através de um montante orçamentário de recursos destinados a suprir eventuais despesas não previamente programadas.
- e) Os gastos públicos consideram o custo da provisão de bens e serviços pelo setor público, que aparece nas contas orçamentárias do Governo.

14- Identifique a única relação que não é pertinente à Lei de Responsabilidade Fiscal e aos sistemas de planejamento e orçamento do governo.

- a) O projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) O Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- d) A definição de receita corrente líquida é a mesma tanto para a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto no projeto de Lei Orçamentária.
- e) Só na Lei de Diretrizes Orçamentárias são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

15- Nas afirmativas abaixo, identifique a única opção falsa em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) A Lei fixa limites para despesas com a dívida pública.
- b) Pela Lei, o governante pode criar despesa continuada, desde que indique sua fonte de receita ou não reduza outras despesas já existentes.
- c) Na Lei há limites para gastos com pessoal, sendo que na União esse limite chega a 60% da Receita Corrente Líquida.
- d) Pela Lei são definidos mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em ano de eleição.
- e) O código de conduta estabelecido pela Lei para os administradores públicos passa a valer para os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas de Governo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16- Considerando as idéias de Max Weber sobre poder e dominação (*in Economia e Sociedade*, vol. 1, Ed. Universidade de Brasília, 1991) é incorreto afirmar que este autor:

- a) Define poder como a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.
- b) Define dominação como a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis.
- c) Identifica três tipos puros de dominação: a legítima, a tradicional e a carismática.
- d) Afirma que na dominação tradicional é decisiva a fidelidade pessoal de servidor para as relações entre o quadro administrativo e o senhor.
- e) Fundamenta o poder carismático na dedicação afetiva a líderes com qualidades pessoais consideradas extracotidianas.

17- A concepção de Estado vem sofrendo alterações ao longo do tempo, sendo alvo de controvérsias entre diferentes matrizes ideológicas. Assinale a opção que melhor define as características do Estado numa democracia liberal.

- a) O Estado nas democracias liberais caracteriza-se pela ausência de demarcação entre estado e não-estado.
- b) O Estado nas democracias liberais caracteriza-se por deter o monopólio do poder econômico.
- c) O Estado nas democracias liberais caracteriza-se por prover a todos os cidadãos o acesso à saúde, educação, previdência social e aposentadoria.
- d) O Estado, nas democracias liberais, caracteriza-se por defender a burocratização do aparelho estatal.
- e) O Estado, nas democracias liberais, caracteriza-se por reivindicar a superioridade do mercado.
- 18- O tratamento da questão social pelo estado brasileiro inicia-se na década de 30 e convive com estruturas assistenciais da fase anterior. Entre as opções abaixo, indique aquela em que instituições são representativas do tratamento da questão social no Brasil antes e depois da década de 30, respectivamente.
- a) sociedade de auxílio mútuo e Institutos de Aposentados e Pensões
- b) ONG's e sindicatos
- c) associações religiosas e organizações internacionais
- d) sindicatos e associações beneficentes
- e) Legião Brasileira de Assistência e Caixas de Aposentados e Pensões
- 19- A crise do Estado da década de 80 levou à reformulação de suas funções, de forma a permitir às economias nacionais sobreviverem num mundo globalizado. Nesse novo contexto, o Estado de orientação social-democrata passa a ter como principal atribuição:
- a) Proteger as economias da competição internacional, posto que a globalização ameaça seriamente o equilíbrio interno.
- b) Criar condições que permitam aos agentes econômicos nacionais competirem globalmente.
- c) Diminuir investimentos nas áreas tecnológicas e de infra-estrutura, posto que uma economia globalizada requer de seus agentes econômicos privados autonomia de investimento nestes setores.
- d) Diminuir a intervenção na vida econômica, como forma de permitir que o mercado globalizado regule as relações entre as economias nacionais.
- e) Diminuir investimentos nas áreas de saúde, educação e cultura, posto que uma economia globalizada requer um grau de dependência menor dos agentes econômicos face ao Estado.
- 20- A questão social aparece como problema concreto no Brasil e no mundo no contexto do processo de industrialização e surgimento do operariado urbano. Para fazer face aos problemas caracterizados como "questão social", o Estado passa a adotar uma série de medidas, incluindo alterações na legislação, que visam minimizar os efeitos da referida questão. Assinale, entre as opções a seguir, aquela que não contempla uma medida voltada para a diminuição dos problemas decorrentes da questão social.
- a) Intervenção dos poderes públicos nas questões trabalhistas, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.
- b) Criação do salário mínimo na Carta de 1937, que foi efetivamente instituído em 1940.
- c) Regularização da jornada de trabalho de oito horas, instituição das férias remuneradas e da estabilidade no emprego.
- d) Apenação da prática do racismo, que passa a ser considerado crime inafiançável.
- e) Criação do imposto sindical como forma de fortalecer os sindicatos reconhecidos pelo Estado.

21- Para garantir a eficiência e a efetividade da administração burocrática, o modelo weberiano de burocracia estrutura-se tendo como base uma série de características.

Assinale a opção que correlaciona corretamente as principais características do modelo burocrático (coluna da esquerda) com seu objetivo (coluna da direita):

- | | |
|--|---|
| A) Especialização. | I) Evitar favorecimentos, seja de funcionários, seja de clientes. |
| B) Admissão através de concurso público. | II) Dividir o trabalho de acordo com competências funcionais predeterminadas. |
| C) Impessoalidade nas relações. | III) Propiciar condições de acesso aos cargos públicos tendo como base competências técnicas e profissionais. |
| D) Rotinas e procedimentos padronizados. | IV) Assegurar a estrutura hierárquica da organização. |
| E) Hierarquia da autoridade. | V) Garantir uniformidade nas ações. |

- a) A-II; B-III; C-I; D-V; E-IV
- b) A-II; B-I; C-III; D-V; E-IV
- c) A-V; B-III; C-I; D-II; E-IV
- d) A-III; B-II; C-I; D-V; E-IV
- e) A-I; B-V; C-III; D-II; E-IV

22- De acordo com Bresser Pereira (in *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, Fundação Getúlio Vargas, 1998), a Reforma Administrativa implementada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso teve como objetivo geral transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial. Assinale, entre as opções relacionadas a seguir, aquela que melhor retrata as premissas subjacentes à administração pública gerencial.

- a) A administração pública gerencial, para ser efetiva, deve romper integralmente com o antigo modelo burocrático.
- b) A administração pública gerencial deve fazer tábula rasa do paradigma burocrático, para proteger-se dos vícios deste modelo administrativo.
- c) A administração pública gerencial deve conservar algumas instituições burocráticas, como o concurso público, as carreiras estruturadas e o sistema universal de remuneração.
- d) A administração pública gerencial deve conservar algumas instituições burocráticas, como o concurso público, o treinamento subordinado às etapas da carreira e a recompensa por tempo de serviço.
- e) A administração pública gerencial deve ser implementada de forma irrestrita em todos os setores, como forma de evitar a permanência de práticas burocráticas.

23- O Estado de Bem-Estar surgiu como resposta ao processo de modernização, compatibilizando capitalismo e democracia.

Indique o princípio fundamental que melhor define esse modelo de Estado.

- a) Independentemente de sua renda, todos os cidadãos têm o direito de serem protegidos contra situações de dependência de longa e de curta duração.
- b) Todos os cidadãos têm direito de serem protegidos contra situações de dependência de acordo com sua renda.
- c) O estudo deve prover os serviços básicos de saúde e educação, sendo os demais serviços prestados aos cidadãos pelo mercado.
- d) Aos mais pobres cabe o direito de serem atendidos pelos serviços públicos.
- e) Todos os direitos sociais devem ser prestados pelo mercado, cabendo ao Estado a garantia dos direitos civis e políticos.

24- A crise do Estado do Bem-Estar Social, que teve seu ápice nos anos 80, foi marcada por uma série de críticas a essa instituição. Assinale, entre as opções a seguir, aquela que não reproduz uma crítica pertinente, formulada contra o Estado do Bem-Estar, durante a referida crise.

- a) Uma crítica referente ao Estado do Bem-Estar atribui sua crise ao crescimento das demandas feitas pela sociedade, que forçaram o Estado a garantir não somente padrões *mínimos* de conforto, mas padrões *máximos*, à toda a população.
- b) Uma crítica importante formulada contra o Estado do Bem-Estar diz respeito a seu caráter permissivo e sua incapacidade de impor "obrigações cívicas" aos recebedores de benefícios.
- c) Uma crítica importante dirigida ao Estado do Bem-Estar aponta-o como responsável por alimentar uma conduta de vida "hedonista" e "parasita".
- d) Críticos do Estado do Bem-Estar e de seus meios de distribuição de benefícios argumentam serem estes alienantes e incapacitadores dos indivíduos beneficiados.
- e) Críticos do Estado do Bem-Estar consideram a preocupação com condições de bem-estar mínimas irrelevante, tendo em vista a gravidade de outros problemas sociais.

25- O Brasil só adquiriu a qualificação de Estado após a sua independência, uma vez que o Estado só é constituído quando se observa a presença de quatro elementos fundamentais: poder soberano, povo, território e finalidade. Em relação à forma de Estado adotada no Brasil, podemos afirmar que:

- a) O Brasil é um Estado unitário, pois existe uma unidade do poder sobre o território e as pessoas.
- b) O Brasil é um Estado federal, pois há uma repartição regional de poderes autônomos.
- c) O Brasil é um Estado regional, pois existe uma autonomia regional subordinada a um poder central.
- d) O Brasil é um Estado misto, pois há uma vinculação direta do poder central sobre os Estados Federados.
- e) O Brasil é um Estado composto, pois existe uma unidade de poderes autônomos sobre território e pessoas.

26- A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, de acordo com a vigente Constituição Federal. Porém a União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal nos seguintes casos, exceto um. Identifique-o.

- a) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- b) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional.
- c) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal quando estes deixarem de entregar aos Municípios receitas tributárias.
- d) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal quando houver criação desnecessária de um Município.
- e) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

27- Sobre a bipartição clássica que distingue os sistemas de governo parlamentar e presidencial é correto afirmar que:

- a) A natureza do sistema partidário é pouco relevante para a diferenciação entre os vários tipos de regime parlamentar.
- b) Os governos parlamentares nasceram, desenvolveram-se e encontram sua mais alta expressão no âmbito dos sistemas republicanos.
- c) Nos sistemas parlamentares quase nunca o líder do partido ou da coalisão de partidos vitoriosos torna-se automaticamente o primeiro-ministro.
- d) O sistema de governo presidencial é caracterizado, em seu estado puro, pela acumulação, num cargo único, dos poderes de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- e) No sistema presidencialista o presidente não representa a nação nas relações internacionais, apesar de ocupar uma posição central em relação a todas as forças e instituições políticas.

CIÊNCIA POLÍTICA

28- Com a crise do Estado contemporâneo, diversas atividades, antes consideradas como tipicamente estatais, são postas em questão. Para Crozier, a crise do Estado de Bem-Estar pode ser entendida como um processo de socialização do Estado. Nessa perspectiva, indique, entre as afirmativas abaixo, aquela que é incorreta.

- a) O Estado de Bem-Estar difundiu uma ideologia igualitária que tende a deslegitimar a autoridade política.
- b) A disposição do Estado em intervir nas relações sociais provoca um grande aumento das solicitações dirigidas às instituições políticas, provocando sua paralisia por sobrecarga de demandas.
- c) A competição entre as organizações políticas leva à impossibilidade de selecionar e aglutinar os interesses, resultando na permeabilidade das instituições às demandas mais fragmentadas.
- d) O trabalho, o rendimento e as oportunidades na vida não são mais definidos pelo mercado, mas por mecanismos políticos de prevenção de conflitos voltados para o fortalecimento do Estado.
- e) O peso assumido pela administração pública na mediação dos conflitos provoca a burocratização da vida política que, por sua vez, leva à dissolução do consenso.

29- O processo de decisões é uma das fases mais conhecidas e talvez a mais importante do ciclo das políticas públicas. As fases que se seguem se referem ao modelo:

- Estabelecimento de metas
- Delimitação do problema
- Proposição das alternativas
- Análise de custo-benefício das diferentes propostas
- Seleção da proposta mais adequada para atingir as metas

- a) Modelo Racional
- b) Modelo Incremental
- c) Modelo Lata-do-lixo (“Garbage-Can”)
- d) Modelo Seqüencial (“Rand Corporation”)
- e) Modelo Irracional

30- Sobre as políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores, originados estritamente dos atores sociais.
- b) Uma demanda só passa a constituir um item da agenda governamental quando se torna um problema político.
- c) A implementação de uma política pública ocorre automaticamente, tão logo as decisões estejam tomadas.
- d) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores, não abrangendo a tomada de decisões, que ocorre em uma outra fase das políticas públicas.
- e) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete estritamente aos agentes da burocracia.

31- Todos os aspectos abaixo estão relacionados com a governabilidade, exceto:

- a) A não-governabilidade resulta de uma sobrecarga de problemas aos quais o Estado responde com a expansão dos seus serviços e da sua intervenção, até o ponto em que surge uma crise fiscal.
- b) A não-governabilidade não é apenas um problema de acumulação, de distribuição e redistribuição de recursos, bens e serviços aos cidadãos, mas um problema de natureza política.
- c) A governabilidade está associada com a capacidade do Estado de gerenciar as principais variáveis macroeconômicas, como desemprego, inflação, déficit público e o balanço de pagamentos.
- d) Numa democracia, a governabilidade depende do relacionamento entre a autoridade de suas instituições de governo e da força das suas instituições de oposição.
- e) A não-governabilidade resulta da combinação de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e ao governo.

32- Na clássica definição de Schmitter, o neocorporativismo é uma forma específica de intermediação de interesses da sociedade civil e do Estado. Acerca do neocorporativismo, não se pode afirmar que:

- a) Os interesses gerados na sociedade civil são organizados em número limitado de associações que se distinguem pelas funções desenvolvidas, não competindo, portanto, entre si.
- b) As associações têm uma estrutura interna centralizada e hierárquica, e o pertencimento a elas é muitas vezes uma obrigação, pelo menos de fato, quando não de direito.
- c) Cabe ao Estado, no modelo neocorporativo, dar às associações o seu reconhecimento institucional na representação dos interesses do grupo.
- d) O neocorporativismo consiste na participação dos grupos sociais, organizados segundo suas posições na estrutura produtiva, na formação política do Estado e, principalmente, na política econômica.
- e) O neocorporativismo não visa à formação das opções políticas pela máquina do Estado per se, mas a possibilidade de criação de uma rede de grupos de interesses diversificados, que competem entre si por influência política.

33- O clientelismo é uma modalidade de intermediação de interesses da sociedade junto ao Estado, que predomina em algumas sociedades, embora esteja presente em quase todas. Acerca do clientelismo, não se pode fazer a seguinte afirmativa:

- a) Políticos profissionais oferecem, em troca de legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda a sorte de bens públicos que têm ao seu alcance (acesso a serviços, cargos, empregos públicos, etc).
- b) O resultado do clientelismo é a formação de uma rede de lealdades pessoais que envolve, entre outras coisas, o uso pessoal dos recursos públicos pela classe política.
- c) O clientelismo pode surgir em sociedades onde parcelas da população não estão conscientes dos seus direitos de cidadania.
- d) Em alguns casos, a origem do clientelismo está nos estratos intermediários, que são encorajados a traduzir a sua desagregação de classe e suas demandas nos termos personalistas.
- e) O fenômeno do clientelismo forma microsistemas locais autônomos, ligados diretamente aos pólos centrais de poder no plano federal, por intermédio da alocação de recursos ou distribuição de favores pessoais em troca de apoio político (consenso eleitoral).

34- Acerca das entidades do Terceiro Setor, especificamente sobre as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), não se pode fazer a seguinte afirmativa:

- a) As ONGs são parte do Terceiro Setor por se situarem entre o setor privado - voltado essencialmente para o mercado e, portanto, orientado para o lucro - e o Estado, voltado para o interesse público.
- b) A longo prazo, por serem mais eficientes, as ONGs poderiam vir a substituir parte do aparelho do Estado.
- c) Alguns autores sustentam que, como regra, as ONGs propõem-se a oferecer bens ou serviços onde o Estado não pode ou não deseja atuar.
- d) As entidades do Terceiro Setor tendem a ser organizações especializadas, portadoras de objetivos específicos e dotadas de uma estrutura formal.
- e) As ONGs tendem a oferecer bens públicos - ou bens coletivos sociais - e caracterizam-se por grande autonomia de ação.

35- Um dos mecanismos para que os atores sociais possam se relacionar com atores políticos são os grupos de pressão. Sobre os grupos de pressão, indique qual das opções abaixo é incorreta.

- a) Uma das causas do elevado número de grupos de pressão é a diferenciação estrutural da sociedade, acrescida do grau e tipo de consenso social, do funcionamento do sistema partidário e da legitimidade dos próprios grupos de pressão.
- b) O sucesso de um grupo de pressão depende em grande parte da organização formal e informal do sistema em que opera.
- c) Para aumentar as suas chances de sucesso, em alguns casos, os grupos de pressão procuram assemelhar-se às organizações que pretendem influenciar, assumindo algumas características importantes dessas organizações.
- d) Nos países onde a atuação dos grupos de pressão é confundida com a corrupção e a formação de um governo invisível, a tendência dos grupos de pressão será a de reforçar a sua atuação no parlamento, evitando uma influência direta nas agências executivas.
- e) Em regimes não-democráticos, o número de grupos de pressão que competem em um nível inferior ao do governo e o grau de competitividade entre eles, em certa medida, são indicadores do grau de aceitação do sistema.

CONTABILIDADE:

GERAL

36- Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, é correto afirmar que:

- a) havendo completa cessação das atividades da entidade, os valores diferidos não poderão mais ser convertidos em despesas.
- b) as variações patrimoniais não são reconhecidas quando não há certeza definitiva de sua ocorrência.
- c) no recebimento de doação pela entidade, o registro deve ser feito pelo valor de mercado.
- d) a utilização da moeda do País nos registros contábeis assegura a representação de unidade constante de poder aquisitivo.
- e) a apropriação de receitas e despesas é vinculada ao recebimento de numerário ou ao desembolso de caixa.

37- De acordo com a legislação brasileira,

- a) os bens arrendados utilizados pela arrendatária integram seu Ativo.
- b) o fundo de comércio que a empresa vai acumulando ao longo de sua existência não é registrado em seu Ativo.
- c) as partes beneficiárias atribuídas gratuitamente pela companhia classificam-se no seu Patrimônio Líquido.
- d) os tributos devidos cujo valor esteja sendo questionado pela empresa não podem figurar em seu Passivo.
- e) as ações da própria companhia, adquiridas e mantidas em tesouraria, devem ser classificadas no seu Ativo.

38- Caracteriza fato contábil misto diminutivo a operação representada pelo lançamento

- a) D Fornecedores
C Banco - Conta Movimento
C Abatimentos sobre Compras
- b) D Caixa
C Duplicatas a Receber
C Receitas Financeiras
- c) D Veículos - novos
C Caixa
C Títulos a Pagar
C Veículos - antigos
- d) D Empréstimos de Sócios
C Capital a Integralizar
- e) D Empréstimos Bancários
D Encargos Financeiros sobre Dívidas Re-pactuadas
C Títulos a Pagar

39- Classifica-se como conta de resultado:

- a) Subvenção para Custeio
- b) Prejuízos Acumulados
- c) Dividendos a Distribuir
- d) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis
- e) Conta Corrente de ICMS

40- Durante o período, a empresa realizou, seqüencialmente, as seguintes operações com mercadorias:

- A- aquisição de 10 unidades, a \$ 5,00 cada uma;
- B- aquisição de 10 unidades, a \$ 8,50 cada uma;
- C- venda de 15 unidades, a \$ 10,00 cada uma;
- D- aquisição de 5 unidades, a \$ 10,00 cada uma.

O estoque inicial era de 5 unidades, a \$ 3,00 cada uma. O estoque final era de

- a) \$ 150,00, pelo critério PEPS, no sistema de inventário periódico.
- b) \$ 107,50, pelo critério PEPS, no sistema de inventário permanente.
- c) \$ 110,00, pelo critério da Média Ponderada Móvel.
- d) \$ 90,00, pelo critério UEPS, no sistema de inventário periódico.
- e) \$ 65,00, pelo critério UEPS, no sistema de inventário permanente.

PEPS - Primeiro a entrar, primeiro a sair;
UEPS - Último a entrar, primeiro a sair.

PÚBLICA

41- Acerca da Nota de Empenho, documento contábil que materializa o primeiro estágio da realização da despesa pública, é correto afirmar que

- a) sua emissão é admitida de forma contemporânea à realização da despesa, desde que caracterizada a urgência, segundo a legislação vigente
- b) sua emissão é opcional para a realização de despesas
- c) não é admitida a sua emissão por valor estimado
- d) não cria obrigação de pagamento
- e) sua emissão altera a situação patrimonial da entidade

42- Entre as opções abaixo, a única que não pode ser classificada como Variação Ativa, por não causar aumento patrimonial, é

- a) receitas correntes
- b) cota recebida
- c) receitas de capital
- d) incorporação de bens e direitos
- e) repasse concedido

43- No Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, as contas que recebem lançamentos são de dois tipos: sintéticas ou analíticas. Ao contrário das sintéticas, as contas analíticas exigem um detalhamento específico denominado

- a) subcontas
- b) conta corrente
- c) subelementos
- d) subitens
- e) classes

44- Acerca do Balanço Financeiro, tal como previsto pelo Art. 103 da Lei 4.320/64, é correto afirmar que

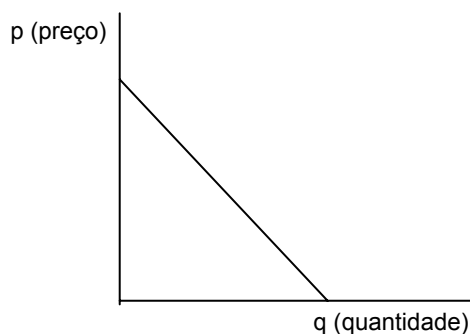
- a) apenas apresenta o saldo das contas do Ativo e Passivo Financeiros
- b) é elaborado para todas as Unidades Gestoras, exceto as que sejam Setoriais Financeiras
- c) no lado da Despesa constam as despesas pagas e as não pagas
- d) as Interferências Ativas e Passivas nunca o afetam
- e) apresenta somente os desembolsos financeiros

45- No Balanço Patrimonial, pode-se afirmar que o Passivo Financeiro é constituído por compromissos que

- a) independem de autorização orçamentária para o seu pagamento
- b) dependem de autorização orçamentária para o seu pagamento
- c) decorrem somente de empréstimos contraídos pela administração pública
- d) decorrem somente de depósitos de terceiros
- e) necessariamente já passaram pela Lei Orçamentária Anual

ECONOMIA

46- Considere a seguinte curva de demanda linear:



Considerando ϵ = valor absoluto da elasticidade preço da demanda, podemos então afirmar que:

- a) ϵ será igual a 0,5 no ponto médio da curva
- b) ϵ terá valor constante em todos os pontos da curva
- c) ϵ será infinito no ponto em que $q = 0$
- d) ϵ será igual a 1 no ponto em que $p = 0$
- e) ϵ será infinito tanto no ponto em que $q = 0$ quanto no ponto em que $p = 0$

47- Considere as seguintes equações:

$$D_a(P_a, P_b) = 50 - 4P_a + 10 \times P_b$$
$$S_a(P_a, P_i) = 6 \times P_a \times P_i$$

onde

D_a = demanda pelo bem A

S_a = oferta do bem A

P_a = preço do bem A

P_b = preço do bem B

P_i = preço do insumo I

Considerando $P_b = 3$ e $P_i = 1$, podemos então afirmar que:

- a) O preço de equilíbrio do bem A será de 8; a quantidade de equilíbrio de mercado será de 48; os bens A e B são substitutos na demanda; e um aumento de 20% no preço de B resultará num aumento de 7,5% na quantidade de equilíbrio de mercado.
- b) O preço de equilíbrio do bem A será de 8; a quantidade de equilíbrio de mercado será de 48; os bens A e B são complementares na demanda; e um aumento de 20% no preço de B resultará num aumento de 7,5% na quantidade de equilíbrio de mercado.

- c) O preço de equilíbrio do bem A será de 8; a quantidade de equilíbrio de mercado será de 48; os bens A e B são substitutos na demanda; e um aumento de 20% no preço de B resultará num aumento de 20% na quantidade de equilíbrio de mercado.
- d) O preço de equilíbrio do bem A será de 9; a quantidade de equilíbrio de mercado será de 58; os bens A e B são substitutos na demanda; e um aumento de 20% no preço de B resultará num aumento de 10,5% na quantidade de equilíbrio de mercado.
- e) O preço de equilíbrio do bem A será de 9; a quantidade de equilíbrio de mercado será de 58; os bens A e B são complementares na demanda; e um aumento de 20% no preço de B resultará num aumento de 10,5% na quantidade de equilíbrio de mercado.

48- Considere o modelo Keynesiano simples de uma economia fechada e sem governo, com uma função consumo linear com consumo autônomo igual a 10 e propensão marginal a poupar igual a 0,25. É correto afirmar que:

- a) se o investimento passar de 10 para 15, a renda de equilíbrio passará de 78 para 98
- b) se o investimento passar de 4 para 10, a renda de equilíbrio passará de 58 para 82
- c) se o investimento passar de 3 para 6, a renda de equilíbrio passará de 50 para 62
- d) se o investimento passar de 5 para 9, a renda de equilíbrio passará de 58 para 74
- e) se o investimento passar de 5 para 7, a renda de equilíbrio passará de 60 para 68

49- Considere os seguintes dados do balanço de pagamentos de um país, num determinado período de tempo, em unidades monetárias:

Balanço de serviços = - 100

Movimento de capitais autônomos = +200

Saldo total do balanço de pagamentos = + 65

Erros e omissões = + 15

É correto então afirmar que:

- a) independentemente das operações relacionadas com as transferências unilaterais, o país apresentou um déficit na balança comercial
- b) na ausência de operações relacionadas às transferências unilaterais, as importações foram maiores do que as exportações e o país apresentou superávit em transações correntes
- c) na ausência de operações relacionadas às transferências unilaterais, as importações foram menores do que as exportações e o país apresentou déficit em transações correntes
- d) na ausência de operações relacionadas às transferências unilaterais, as importações foram maiores do que as exportações e o país apresentou déficit em transações correntes
- e) independente das operações relacionadas com as transferências unilaterais, não é possível saber se houve déficit ou superávit na balança comercial

50- São consideradas operações ativas do Banco Central:

- a) alterações nos impostos sobre as operações financeiras; empréstimos do Banco Central ao Tesouro Nacional; empréstimos do Banco Central ao setor privado; operações de desconto.
- b) alterações nas reservas internacionais do país; empréstimos do Banco Central ao Tesouro Nacional; empréstimos do Banco Central ao setor privado; operações de desconto.
- c) alterações nas reservas internacionais do país; empréstimos do Banco Central ao Tesouro Nacional; alteração dos impostos sobre as operações financeiras; operações de desconto.

- d) alterações dos impostos sobre as operações financeiras; alterações dos impostos sobre as operações de câmbio; empréstimos do Banco Central ao Tesouro Nacional; operações de desconto.
- e) alterações nos impostos sobre as operações financeiras; empréstimos do Banco Central ao Tesouro Nacional; empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais; empréstimos do Banco Central ao setor privado.

51- Considere as seguintes siglas:

NFSPcn = necessidade de financiamento do setor público conceito nominal

NFSPco = necessidade de financiamento do setor público conceito operacional

É correto afirmar que

- a) a NFSPco não considera as correções monetárias e cambiais pagas sobre a dívida pública
- b) desde que a inflação seja zero, a NFSPcn será igual ao déficit primário
- c) a NFSPco não inclui os juros sobre a dívida pública
- d) a NFSPcn será igual a NFSPco se o déficit primário for zero
- e) se as taxas de juros forem zero, a NFSPco também será zero

52- O Plano Real ou Plano de Estabilização Econômica foi implementado em três etapas. É correto afirmar que:

- a) A primeira etapa foi a da criação de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor - URV; a segunda etapa foi efetivada com a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real; por fim, a terceira etapa foi a da condução das chamadas reformas estruturais no Congresso Nacional.
- b) A primeira etapa foi a da consolidação da abertura comercial, tendo como objetivo enfraquecer o processo de indexação da economia; a segunda etapa foi a da criação de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor - URV; e, por fim, a terceira etapa foi efetivada com a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real.

- c) A primeira etapa foi a de acúmulo de reservas internacionais, tendo como objetivo manter a taxa de câmbio valorizada; a segunda etapa foi a da criação de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor - URV; e, por fim, a terceira etapa foi efetivada com a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real.
- d) A primeira etapa foi a do estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, tendo como objetivo eliminar, na concepção da equipe econômica, a principal causa da inflação brasileira; a segunda etapa foi a da criação de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor - URV; e, por fim, a terceira etapa foi efetivada com a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real.
- e) A primeira etapa foi a da criação de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor - URV; a segunda etapa foi efetivada com a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real; por fim, a terceira etapa foi efetivada a partir da elevação das taxas internas de juros, o que possibilitou o forte acúmulo de reservas cambiais que contribuiu para a valorização da taxa de câmbio.

53- O NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*) pode ser considerado como sendo um modelo de integração econômica regional caracterizado como:

- a) uma união aduaneira
- b) uma área de livre comércio
- c) um mercado comum
- d) uma união aduaneira imperfeita
- e) uma união econômica

54- Os países que compõem o ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations*) são:

- a) Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã
- b) Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã

- c) Brunei Darussalam, Camboja, China, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã
- d) Brunei Darussalam, Camboja, China, Cingapura, Filipinas, Índia, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã
- e) Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã

55- Com base no "Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai", também conhecido como "Tratado de Assunção", o MERCOSUL teria como objetivo:

- a) O estabelecimento de uma área de livre comércio; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes; estabelecimento de prioridade nas negociações acerca da incorporação da livre circulação de fatores produtivos a partir de 2001.
- b) O estabelecimento de uma área de livre comércio; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; o compromisso de expansão da área de livre comércio para outros países da América Latina.
- c) A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes.
- d) O estabelecimento de uma área de livre comércio; a definição de metas quantitativas para as tarifas de importação, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; o compromisso de expansão da área de livre comércio para outros países da América Latina.
- e) O estabelecimento de uma união monetária, o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes.

Gabarito

PROVA 2

Questões			
01 - A	16 - C	31 - C	46 - C
02 - D	17 - E	32 - E	47 - A
03 - E	18 - A	33 - E	48 - E
04 - B	19 - B	34 - B	49 - D
05 - B	20 - D	35 - D	50 - B
06 - D	21 - A	36 - C	51 - A
07 - C	22 - C	37 - B	52 - D
08 - B	23 - A	38 - E	53 - B
09 - D	24 - E	39 - A	54 - E
10 - E	25 - B	40 - C	55 - C
11 - A	26 - D	41 - A	
12 - E	27 - D	42 - E	
13 - A	28 - D	43 - B	
14 - E	29 - A	44 - C	
15 - C	30 - B	45 - A	